



Exmo/a Senhor/a
Mário Miguel & Sandra Pinto, Lda
Rua da Serra -Bº da Fraternidade, N.º 622

2695-630 SÃO JOÃO DA TALHA

NIF Entidade: 515441260

Referência	Data de emissão	Processo	Serviço emissor
Ofício n.º 6056 / 2019	03/07/2019	2019/300.10.005/802	Contratação Pública

Assunto: Notificação de adjudicação - Processo 2019/300,10,005/802

Exmo/a. Sr/a.,

Nos termos do disposto no art.º 77.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação - Código dos Contratos Públicos (CCP), informa-se V. Exas. que por Despacho do Sr. Presidente, datado de 03/07/2019, foi adjudicada a V. Exas. a aquisição de serviços de aluguer de sistema de som ambiente e assistência permanente e aluguer de som e luz para as Tasquinhas/2019, e aluguer de equipamento diverso de som, luz e rádios para o Festival da Musicas do Mundo/2019, pelo valor de € 29.450,00 (vinte e nove mil e quatrocentos e cinquenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Assim, deverá V. Exa. no prazo de 5 (cinco) dias úteis apresentar a Declaração Anexo II, prevista na alínea a) do n.º 1 do art.º 81º do CCP, na redação dada pelo Decreto – Lei n.º 111-B/2017, de 31.08, cujo modelo se anexa, bem como os documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do art.º 55.º do CCP, respetivamente:

- Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa coletiva e de todos

Quando assinado digitalmente, o documento impresso constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.



os titulares dos seus órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;

Deverá ser disponibilizada Certidão de Registo Comercial ou o código de acesso para a sua consulta on-line, nos termos previstos no n.º 5 do art.º 75.º do Código de Registo Comercial e no art.º 17.º da Portaria n.º 1416-A/2006, de 19.12.

Remete-se em anexo a minuta do contrato a celebrar para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis V. Exas. se pronunciem sobre o teor da mesma, devendo ser indicado o vosso representante legal que outorgará o contrato.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Câmara

(No uso de competências próprias e/ou delegadas por despacho datado de 01 de novembro de 2018)